



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Quinta-feira
(24/05)

Manchetes

G1: Jungmann diz que uso da Força Nacional em atos de caminhoneiros só ocorrerá quando capacidade das polícias se esgotar

Rede Brasil Atual: Ministério Público vai recorrer de decisão que favorece policiais condenados

Senado Notícias: CDH cobrará explicações do Ministério da Justiça sobre violações de direitos humanos em penitenciárias

Notícias do Acre: Técnicos do governo federal avaliam presídio de segurança máxima em Rio Branco

UOL: Um ano após massacre de sem-terra, PF ainda busca mandantes de mortes em Pau D'Arco (PA)

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Caso Marielle: **G1** noticia que o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Polícia Civil foram contrários ao pedido das defesas do vereador Marcello Siciliano (PHS) e do ex-policial militar Orlando Oliveira de Araújo, o "Orlando de Curicica", de ter acesso aos autos do inquérito que apura a morte da vereadora Marielle Franco. O MP sustenta que as defesas não têm direito à vista dos autos porque tanto o vereador quanto o ex-PM não foram indiciados pelo crime.

Força Nacional: O ministro da Segurança Pública do Brasil, Raul Jungmann, afirmou nesta quinta-feira (24) em São Paulo que o uso da Força Nacional para desbloquear rodovias interditadas por caminhoneiros em greve contra a alta do diesel, só será feito quando a "capacidade das polícias se esgotar". Segundo o ministro, a Força Nacional não foi requisitada por nenhum estado até agora. Notícia do **G1**.

Recurso do BNDES: **EBC** informa que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, esteve na sede no BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), no



Rio de Janeiro, e acertou a liberação de uma linha de crédito para investimentos em segurança nos estados. Serão disponibilizados 5 bilhões de reais, 4 bilhões para equipamentos e o restante será destinado para projetos estruturantes. Os estados terão até 84 meses para pagar e dois anos de carência. A taxa de juros não é fixa. As propostas poderão ser apresentadas até dezembro de 2019.

Ações de segurança: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, conversou com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, sobre medidas de enfrentamento à violência e ao crime no estado. De acordo com a assessoria de Jungmann, o governo federal apoiará as propostas por meio de ações integradas em segurança pública. Jungmann disse que vai repassar recursos de linha especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e verbas concessãoais. Esses recursos são originários do orçamento permanente do Ministério da Segurança Pública e das loterias, mas a liberação depende ainda de uma medida provisória (MP) a ser editada. Notícia do **Jornal do Brasil**.

Boletins de ocorrência: A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou de forma terminativa o projeto (PLS 227/2012), do senador Armando Monteiro, que uniformiza os boletins de ocorrência, estabelecendo regras para todo o país. A proposta também permite que qualquer policial — civil, militar, rodoviário federal ou federal — e mesmo militares durante operações de garantia da lei e da ordem, registrem crimes. A ideia é agilizar o início das investigações. Notícia da **Folha Nobre**.

Votação de relatório: O senador Dário Berger apresentou na quarta-feira (23) o relatório sobre a MP 821/2018, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. O parecer é favorável à transferência do Ministério da Justiça para o novo Ministério de órgãos como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional e a Força Nacional de Segurança. O novo ministério deverá atuar em cooperação com estados e municípios para integrar as forças policiais em todo o território nacional. A votação do relatório na Comissão Mista foi marcada para terça-feira (29), às 14h30. Notícia do **Senado**.

Chacina de Pau D'Arco: Há um ano, policiais civis e militares invadiam a fazenda Santa



Lúcia, em Pau D'Arco (PA), para cumprir mandados de prisão contra posseiros da área. A operação terminou com um dos maiores massacres no campo já vistos no país: 10 trabalhadores sem-terra mortos e 17 policiais - 13 militares e quatro civis - denunciados pelos assassinatos. Passados 12 meses, a Polícia Federal, que trabalha na segunda fase da investigação, ainda tenta encontrar os mandantes do crime. Segundo o promotor Leonardo Caldas, responsável pela denúncia dos 17 policiais feita à Justiça Estadual, o processo já está nas alegações finais. A fase de instrução foi concluída, e o juiz vai decidir em seguida se pronuncia (que significa mandar a juri popular) ou não os réus. Notícia do **UOL**.

Sistema Prisional

Caso Carandiru: Rede Brasil Atual informa que o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) anunciou, em nota, que vai apresentar recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que rejeitou, na terça-feira (22), embargos de declaração do próprio MP contra a anulação das condenações de 74 policiais envolvidos no “massacre do Carandiru”, em 2 de outubro de 1992. Com a decisão, fica mantida pela 4ª Câmara Criminal do TJ-SP a decisão de setembro de 2016, que julgou apelação da defesa dos então condenados, anulando os julgamentos dos policiais.

Direitos Humanos: A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na última quarta-feira (23) o relatório da senadora Regina Sousa (PT-PI) que acata a denúncia enviada à comissão pelo grupo Anjos da Liberdade a respeito de violações de direitos humanos no sistema penitenciário federal. De acordo com o Anjos da Liberdade há desvirtuamento da finalidade do sistema por parte dos estados que, após enviarem seus detentos para algum presídio federal, não os aceitam de volta. Segundo o grupo, a legislação determina que a “permanência em penitenciária federal deve ser sempre de caráter excepcional e por tempo determinado”. O grupo também critica a portaria do Ministério da Justiça que proíbe toda e qualquer visita íntima no sistema penitenciário federal. Notícia do **Senado**.

'Disciplina do PCC': Midiamax informa que Jean Paulo Maciel de 30 anos, conhecido



como 'Jeanzinho' ou 'Disciplina do PCC', foi preso nesta quarta-feira (23) em Bataguassu acusado da morte de Uilians Rogério dos Santos. O crime aconteceu em abril deste ano. Uilians teria sido assassinado depois de se recusar a integrar a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). O mandante do crime seria Alifer Gabriel, conhecido como 'Beijo'.

'Salve geral': Em julgamento realizado na última quarta-feira (23), na cidade de Três Lagoas, a 338 quilômetros de Campo Grande, parte dos acusados pela morte do ex-policial militar, Otacilio Pereira Oliveira, foram condenados a penas que somam 26 anos de prisão. Os réus foram condenados por dois crimes como associação criminosa e homicídio qualificado sem defesa da vítima. Na época, foi apurado pela polícia que o grupo tinha por objetivo cumprir um "salve", ordem vinda supostamente de um integrante do PCC, detento do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, para executar policiais em Três Lagoas, como demonstração de força da organização criminosa. Notícia do **Midiamax**.

Helicóptero do PCC: G1 noticia que o coronel aposentado da Polícia Militar de São Paulo Edson Luiz Gaspar foi ouvido pela Polícia Civil na manhã de quarta-feira (23) sobre a relação que ele tinha com o piloto Felipe Ramos Moraes, acusado de ter participado da morte de dois chefes de uma facção criminosa paulista que atua dentro e fora dos presídios. Edson Luiz Gaspar admitiu à polícia ter voado no mesmo helicóptero utilizado para levar os traficantes Paca e Gegê do Mangue para uma emboscada. O voo teria sido entre São Paulo e Goiânia, em dezembro do ano passado, dois meses antes do crime.

Avaliação de presídio: Notícias do Acre informa que técnicos do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) visitaram na última quarta-feira (23), as obras da unidade de Segurança Máxima Antônio Amaro Alves, localizada no Acre. Eles conheceram a infraestrutura do novo local, previsto para ser inaugurado até o início de junho, e também das alas onde funcionam o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). A construção das novas alas segue o padrão dos presídios do Depen. As celas receberão, no máximo, oito apenados cada.